



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**CRIADO PELA LEI N.º 03 DE 14-03-77**

LEI N.º 003/2002 DE 08 DE MAIO DE 2002

**AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA FIRMAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM A JUSTIÇA ELEITORAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE VÁRZEA, Estado da Paraíba; faço saber que a Câmara de Vereadores de Várzea aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica o Prefeito Municipal de Várzea autorizado a conveniar com a Justiça Eleitoral para colocar 02 (dois) Servidores para exercerem a função de Agentes Divulgadores das Urnas Eletrônicas das Urnas Eletrônicas, além de oferecer veículo e motorista para o transporte de pessoal e das urnas até os locais de ações, de acordo com os horários pré-estabelecidos pela Justiça Eleitoral, além de arcar com as despesas eventuais de alimentação dos agentes divulgadores, quando se fizer necessário.

Art. 2.º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a pagar uma gratificação de 50% (cinquenta por cento) do vencimento básico do cargo efetivo, sendo o mesmo denominado de GRATIFICAÇÃO DE AGENTE DIVULGADOR, em favor de funcionários colocados a disposição da Justiça Eleitoral para desempenhar o papel de Agente Divulgador das Urnas Eletrônicas, enquanto durar a divulgação da Urna Eletrônica para as próximas eleições.

Art. 3.º - Não existindo Servidor Público habilitado no quadro funcional do Município, para desempenhar os serviços de Agentes Divulgadores das Urnas Eletrônicas, poderá a Prefeitura Municipal contratar dois servidores com o salário base de R\$-200,00 (Duzentos Reais), e, pagar mais uma gratificação de R\$-100,00 (Cem Reais), sendo esta denominada de GRATIFICAÇÃO DE AGENTE DIVULGADOR, em favor de duas pessoas que tenham condições e preencham os requisitos para exercerem os cargos de Agentes Divulgadores, sendo o contrato temporário administrativo e por excepcional interesse público, e, apenas pelo prazo de duração dos serviços de divulgação da urna eletrônica para as próximas eleições.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**CRIADO PELA LEI N.º 03 DE 14-03-77**

Art. 4.º - Ficam criadas 02 (duas) vagas de AGENTES DIVULGADORES, no quadro funcional do Município, correndo das despesas por conta dos gastos com pessoal do Gabinete do Prefeito Municipal, e, sendo os contratados contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

Art. 5.º - As pessoas contratadas para os cargos de Agentes Divulgadores, ou mesmo os funcionários colocados à disposição do serviço de divulgação de Urnas Eletrônicas, devem preencher os seguintes requisitos:

- I - Nacionalidade brasileira;
- II - Ser maior de 18 (dezoito) anos de idade;
- III - Estar em gozo com os direitos políticos;
- IV - Estar em dia com as obrigações militares, caso seja masculino;
- V - Ter boa conduta, atender aos critérios de responsabilidade, assiduidade e pontualidade;
- VI - Gozar de boa saúde;
- VII - Apresentar certificado de conclusão do primeiro grau ou curso equivalente;
- VIII - Residir no próprio Município;
- IX - Não ser filiado a partido político;
- X - Ter experiência com o público.

Art. 6.º - É vedado o desvio de função de pessoa contratada, nas condições desta Lei, sob pena de nulidade do ato, com conseqüente responsabilidade da autoridade que permitir ou autorizar tal distorção funcional;

Art. 7.º - O admitido fará jus:

- I - Ao estipêndio e gratificação fixados na presente Lei e no respectivo contrato;
- II - Salário-família, conforme previsão legal;
- III - Diárias, como prevê a legislação municipal;
- IV - Auxílio Funeral, como previsto em Lei;
- V - Ressarcimento de danos e prejuízos decorrentes de acidente no trabalho;
- VI - Licença para tratamento de saúde, não podendo a concessão ir além do prazo de duração previsto no contrato firmado entre as partes.

Art. 8.º - A dispensa do Contrato ocorrerá:

- I - A pedido;
- II - A critério da administração, quando o admitido não corresponder ou desempenhar insatisfatoriamente as atribuições que lhe foram confiadas.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**CRIADO PELA LEI N.º 03 DE 14-03-77**

Art. 9.º - Será aplicada a pena de dispensa, com conseqüente rescisão unilateral do contrato, quando o contratado;

I - Incurrer em responsabilidade civil ou administrativa;

II - Ausentar-se injustificadamente do serviço;

III - Faltar ao serviço, sem justa causa;

IV - Faltar com respeito aos seus superiores hierárquico e colegas de trabalho;

V - Praticar a usura em qualquer de suas formas;

VI - Receber comissões ou vantagens de qualquer espécie em razão da função para a qual foi contratada;

VII - empregar material, bem ou equipamento, sob sua responsabilidade, em atividade diversa da que foi autorizado a praticar;

VIII - Descumprir com qualquer das obrigações constantes como requisitos para o cargo, conforme prevê o artigo 4.º e incisos.

Art. 10 - A rescisão do contrato ou ato de dispensa a que se referem os artigos anteriores, compete ao Prefeito.

Art. 11 - É vedado ao pessoal contratado nos termos desta Lei, sob pena de imediata rescisão do contrato, ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou substituição, para o exercício de cargo de provimento em comissão ou função de confiança.

Art. 12 - Os contratados na forma desta Lei terão o tempo de serviço prestado, anotado para todos os efeitos previstos na Legislação.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a data de sua sanção.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Várzea - PB, 08 de maio de 2002.

  
Waldemar Marinho Filho  
PREFEITO





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**CRIADO PELA LEI N.º 03 DE 14-03-77**

LEI N.º 003/2002 DE 08 DE MAIO DE 2002

**AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA FIRMAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM A JUSTIÇA ELEITORAL E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE VÁRZEA, Estado da Paraíba; faço saber que a Câmara de Vereadores de Várzea aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica o Prefeito Municipal de Várzea autorizado a conveniar com a Justiça Eleitoral para colocar 02 (dois) Servidores para exercerem a função de Agentes Divulgadores das Urnas Eletrônicas das Urnas Eletrônicas, além de oferecer veículo e motorista para o transporte de pessoal e das urnas até os locais de ações, de acordo com os horários pré-estabelecidos pela Justiça Eleitoral, além de arcar com as despesas eventuais de alimentação dos agentes divulgadores, quando se fizer necessário.

Art. 2.º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a pagar uma gratificação de 50% (cinquenta por cento) do vencimento básico do cargo efetivo, sendo o mesmo denominado de GRATIFICAÇÃO DE AGENTE DIVULGADOR, em favor de funcionários colocados a disposição da Justiça Eleitoral para desempenhar o papel de Agente Divulgador das Urnas Eletrônicas, enquanto durar a divulgação da Urna Eletrônica para as próximas eleições.

Art. 3.º - Não existindo Servidor Público habilitado no quadro funcional do Município, para desempenhar os serviços de Agentes Divulgadores das Urnas Eletrônicas, poderá a Prefeitura Municipal contratar dois servidores com o salário base de R\$-200,00 (Duzentos Reais), e, pagar mais uma gratificação de R\$-100,00 (Cem Reais), sendo esta denominada de GRATIFICAÇÃO DE AGENTE DIVULGADOR, em favor de duas pessoas que tenham condições e preencham os requisitos para exercerem os cargos de Agentes Divulgadores, sendo o contrato temporário administrativo e por excepcional interesse público, e, apenas pelo prazo de duração dos serviços de divulgação da urna eletrônica para as próximas eleições.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**CRIADO PELA LEI N.º 03 DE 14-03-77**

Art. 4.º - Ficam criadas 02 (duas) vagas de AGENTES DIVULGADORES, no quadro funcional do Município, correndo das despesas por conta dos gastos com pessoal do Gabinete do Prefeito Municipal, e, sendo os contratados contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

Art. 5.º - As pessoas contratadas para os cargos de Agentes Divulgadores, ou mesmo os funcionários colocados à disposição do serviço de divulgação de Umas Eletrônicas, devem preencher os seguintes requisitos:

- I – Nacionalidade brasileira;
- II – Ser maior de 18 (dezoito) anos de idade;
- III – Estar em gozo com os direitos políticos;
- IV – Estar em dia com as obrigações militares, caso seja masculino;
- V – Ter boa conduta, atender aos critérios de responsabilidade, assiduidade e pontualidade;
- VI – Gozar de boa saúde;
- VII – Apresentar certificado de conclusão do primeiro grau ou curso equivalente;
- VIII – Residir no próprio Município;
- IX – Não ser filiado a partido político;
- X – Ter experiência com o público.

Art. 6.º - É vedado o desvio de função de pessoa contratada, nas condições desta Lei, sob pena de nulidade do ato, com conseqüente responsabilidade da autoridade que permitir ou autorizar tal distorção funcional;

Art. 7.º - O admitido fará jus:

- I – Ao estipêndio e gratificação fixados na presente Lei e no respectivo contrato;
- II – Salário-família, conforme previsão legal;
- III – Diárias, como prevê a legislação municipal;
- IV – Auxílio Funeral, como previsto em Lei;
- V – Ressarcimento de danos e prejuízos decorrentes de acidente no trabalho;
- VI – Licença para tratamento de saúde, não podendo a concessão ir além do prazo de duração previsto no contrato firmado entre as partes.

Art. 8.º - A dispensa do Contrato ocorrerá:

- I – A pedido;
- II – A critério da administração, quando o admitido não corresponder ou desempenhar insatisfatoriamente as atribuições que lhe foram confiadas.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
**CRIADO PELA LEI N.º 03 DE 14-03-77**

Art. 9.º - Será aplicada a pena de dispensa, com conseqüente rescisão unilateral do contrato, quando o contratado;

- I - Incorrer em responsabilidade civil ou administrativa;
- II - Ausentar-se injustificadamente do serviço;
- III - Faltar ao serviço, sem justa causa;
- IV - Faltar com respeito aos seus superiores hierárquico e colegas de trabalho;
- V - Praticar a usura em qualquer de suas formas;
- VI - Receber comissões ou vantagens de qualquer espécie em razão da função para a qual foi contratada;
- VII - empregar material, bem ou equipamento, sob sua responsabilidade, em atividade diversa da que foi autorizado a praticar;
- VIII - Descumprir com qualquer das obrigações constantes como requisitos para o cargo, conforme prevê o artigo 4.º e incisos.

Art. 10 - A rescisão do contrato ou ato de dispensa a que se referem os artigos anteriores, compete ao Prefeito.

Art. 11 - É vedado ao pessoal contratado nos termos desta Lei, sob pena de imediata rescisão do contrato, ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou substituição, para o exercício de cargo de provimento em comissão ou função de confiança.

Art. 12 - Os contratados na forma desta Lei terão o tempo de serviço prestado, anotado para todos os efeitos previstos na Legislação.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a data de sua sanção.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Várzea - PB, 08 de maio de 2002.

  
Waldemar Marinho Filho  
PREFEITO